



FOCAMA

**Fórum de Coordenação das Organizações da Sociedade Civil da
Província de Manica**



**Posicionamento da Sociedade Civil da
Província de Manica no Âmbito do Diálogo
Nacional Inclusivo**



Posto Administrativo de Zobue - Distrito de Moatize

I. INTRODUÇÃO

A Sociedade Civil da Província de Manica, reunida em sede de concertação e auscultação participativa, apresenta o presente posicionamento com o propósito de contribuir para a consolidação de Moçambique como um Estado de Direito Democrático, fundado na legalidade, na separação de poderes, na justiça social e no respeito pela dignidade humana.

O presente documento exprime as aspirações legítimas da população moçambicana especialmente das comunidades da Província de Manica quanto à necessidade de reformas profundas e estruturantes que reforcem a confiança entre governantes e governados, promovam a boa governação e assegurem uma paz duradoura, a unidade nacional e o desenvolvimento inclusivo.

II. QUESTÕES CONSTITUCIONAIS

2.1. Reforma do Estado

A Sociedade Civil entende que o Estado moçambicano deve ser reformado para servir com maior eficiência e proximidade os cidadãos.

Propõe-se:

- A Constituição da República de Moçambique deve ser revista para responder aos desafios contemporâneos do país, nomeadamente, a necessidade de uma verdadeira descentralização, a redução do Híper-presidencialismo (presidencialismo reforçado), a garantia da independência das instituições do Estado e a protecção reforçada dos direitos humanos e das minorias.
- A revisão e clarificação das competências entre o poder central e os órgãos de governação descentralizada, reforçando a autonomia provincial e distrital;
- A promoção de uma gestão pública orientada por resultados, com sistemas de avaliação de desempenho baseados em mérito, transparência e integridade;
- Despartidarização da Administração Pública ou do aparelho do Estado, problemática que atinge em primeira mão o Presidente da República relativamente a pressão da Comissão Política do seu partido. Que a Constituição seja explícita quanto a matéria e com previsão de punição

para a violação.

- Descentralizar completamente as competências dos Órgãos Autónomos (Conselhos Autárquicos).
- A revisão constitucional também pode contribuir para pacificar as tensões políticas e sociais que persistem desde os Acordos de Paz, assegurando um Estado mais democrático, inclusivo e funcional.

Entre os principais pontos a considerar na revisão, destacam-se:

- A diminuição dos poderes do Presidente da República, de modo a promover um equilíbrio mais saudável entre os órgãos de soberania;
- A extinção da figura do Secretário de Estado ao nível dos ministérios e das províncias (ou a transformação destes em simples gabinete que garante a preservação dos interesses do Estado), reforçando assim a autonomia dos governos provinciais e locais;
- A clarificação das funções de liderança do Estado, estabelecendo que o Presidente da República dirija o Estado e o Primeiro-Ministro dirija o Governo;
- A revisão da competência do Presidente da República para nomear e exonerar o Procurador-Geral, Procuradores Gerais Adjuntos, Presidente do Conselho Constitucional, Presidente do Tribunal Administrativo, Presidente do Tribunal Supremo, Juízes Conselheiros, Reitores e Vice

Reitores das universidades Públicas, transferindo essas funções para órgãos independentes ou através de processos internos democráticos e transparentes nestas instituições.

2.2. Reforma do Sistema de Justiça

O sistema de justiça é o pilar essencial do Estado de Direito. Contudo, persistem morosidades e desigualdades no acesso e percepções de parcialidade. Existe uma tendência de formalizar (embora informalmente) a partidarização do sistema de justiça para que este se conforme com as directrizes políticas em detrimento da primazia da lei e do direito. Uma justiça acessível, célere, imparcial e transparente é fundamental para consolidar o Estado de Direito, proteger os direitos fundamentais e garantir a confiança da população nas instituições democráticas. O sistema judicial é amplamente percebido como lento, politizado e inacessível para a maioria da população. Muitos casos de corrupção e violência política não têm desfecho, o que reduz significativamente a confiança pública na justiça.

Propõe-se:

- ✓ A garantia de independência efectiva dos tribunais, Ministério Público e órgãos de fiscalização;
- ✓ O reforço da formação técnica e ética de magistrados, advogados, defensores públicos e funcionários judiciais;

- ✓ Capacitar líderes comunitários para actuar na mediação de conflitos locais, fortalecendo soluções pacíficas e inclusivas;
- ✓ Aperfeiçoamento e profissionalização de mecanismos de investigação criminal nos órgãos de justiça competentes);
- ✓ O aperfeiçoamento de mecanismos alternativos de resolução de litígios (mediação, arbitragem, tribunais comunitários) com supervisão judicial.
- ✓ Criar tribunais móveis em zonas rurais, aproximando a justiça ao cidadão e mitigando o encarecimento da justiça para o bolso do cidadão (principalmente testemunhas e declarantes);
- ✓ Utilizar tecnologias digitais para simplificar processos e reduzir atrasos;

2.3. Reforma do Sistema Eleitoral

A estabilidade democrática depende de processos eleitorais livres, justos e credíveis. Entende-se facilmente que não é somente a falta de legislação eleitoral consistente, mas também a falta de vontade política para a sua efectiva implementação, consubstanciada com a excessiva partidarização do processo e das instituições afins.

O processo eleitoral em Moçambique tem sido marcado por falta de transparência, com denúncias recorrentes de fraude, parcialidade da CNE/STAE e episódios de vio-



lência política. Esta situação mina a confiança da população no sistema eleitoral e compromete a legitimidade dos órgãos eleitos.

Como restaurar a confiança

Para recuperar a credibilidade do processo eleitoral, é necessária uma reforma profunda da CNE e do STAE, garantindo sua independência funcional e imparcialidade.

Propõe-se:

- Uso do SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA;
- Contagem pública dos votos, com fiscalização ampla e aberta à sociedade;
- Uso da acta da Mesa de Votação como instrumento de base para os números subsequentes;
- Responsabilização rigorosa de indivíduos que manipulam resultados;
- Maior presença de observadores eleitorais independentes, nacionais e internacionais, em todas as fases do processo;
- Inclusão de jovens, mulheres e pessoas com deficiência;
- É essencial promover a participação efectiva de grupos historicamente marginalizados de forma inclusiva;
- Implementação de quotas obrigatórias para garantir representação mínima;
- Redução de barreiras legais e sociais à candidatura destes grupos;
- Financiamento de programas de liderança e educação cívica, fortalecendo capacidades e promovendo participação consciente e qualificada.



Para garantir estabilidade política e social, recomenda-se:

- Adopção de um sistema eleitoral proporcional mais equilibrado, assegurando representação justa de todas as regiões;
- Garantia de representação adequada das zonas rurais, evitando marginalização;
- Estabelecimento de justiça eleitoral célere e eficiente;
- Criação de mecanismos claros de resolução de conflitos pós-eleitorais, prevenindo crises e tensões;
- Revisão da participação dos tribunais distritais no processo eleitoral.

A legislação eleitoral actual não está totalmente alinhada com os princípios democráticos, sendo excessivamente centralizadora e permitindo o controlo do processo pelo partido que detém o poder. Uma revisão ampla, participativa e transparente, envolvendo a sociedade civil e os partidos políticos, é necessária para consolidar eleições livres, justas e confiáveis, o final propósito de conduzir um processo maioritariamente técnico.

Propõe-se:

- ✓ A revisão do modelo de composição e funcionamento dos órgãos eleitorais, assegurando imparcialidade e representatividade plural;
- ✓ Eliminação de quotas políticas na composição dos órgãos eleitorais

- ✓ Eleição de um Presidente da República como representante simbólico do Estado;
- ✓ Eleição de um primeiro-ministro chefe do governo;
- ✓ A introdução de tecnologias seguras de registo e contagem de votos (Uso de sistema manual e digital);
- ✓ A publicação obrigatória e aditável dos resultados em todos os níveis de votação;
- ✓ O reforço da educação cívica e eleitoral junto das comunidades, em especial jovens e mulheres;
- ✓ Diminuir para 48 horas (dois dias), a divulgação dos resultados parciais e 7 (sete dias) dias para os definitivos.
- ✓ Acrescer os poderes do Governador e Presidentes dos Conselhos Autárquicos, para voto directo, retirando a actual fórmula de cabeças de listas.

III. GOVERNAÇÃO

3.1. Reforma Fiscal

A sustentabilidade do Estado depende de um sistema fiscal justo e transparente. O actual sistema de Moçambique apresenta graves desigualdades e ineficiências. É excessivamente pesado para os pequenos contribuintes, enquanto grandes empresas e elites políticas frequentemente conseguem evadir-se aos impostos ou reduzir significativamente a carga tributária, tudo exacerbado por excessiva dependência económica que releva para concessão injustificada de isenções fiscais, grande índice de corrupção e *formalizada* partidarização da Administração Pública.

Este cenário contribui para a desigualdade social, reduz a capacidade do Estado de financiar serviços públicos essenciais e compromete a confiança dos cidadãos na justiça fiscal.

A evasão fiscal é particularmente elevada



nos sectores mineiro e energético, onde a fiscalização é limitada e a transparência dos contratos é muitas vezes insuficiente, por conta da promiscuidade e elevadas negociações entre os servidores públicos e os investidores, com o interesse daqueles falando mais alto que o próprio Estado.

Uma reforma fiscal justa, transparente e eficiente contribui directamente para o fortalecimento do Estado, aumenta a receita pública e cria condições para um desenvolvimento económico mais equitativo e sustentável. Para promover uma reforma fiscal justa e eficaz, devem ser implementadas medidas estruturais e tecnológicas, tais como:

- ✓ Promoção da justiça fiscal, garantindo que todos os cidadãos e empresas cumpram as mesmas obrigações legais;
- ✓ Combate sistemático à corrupção e à má gestão na Autoridade Tributária (AT), assegurando que os recursos arrecadados sejam aplicados de forma transparente e responsável;
- ✓ A simplificação do sistema tributário para facilitar o cumprimento volun-

tário e reduzir a evasão fiscal;

- ✓ O reinvestimento equitativo das receitas públicas nas províncias produtoras, especialmente nos sectores sociais (saúde, educação e emprego);
- ✓ A criação de mecanismos de transparência orçamental, com relatórios públicos de receitas e despesas acessíveis aos cidadãos;
- ✓ Digitalização integral do sistema tributário, permitindo maior eficiência, transparência e redução de fraudes;
- ✓ Simplificação dos processos de pagamento e declaração de impostos, facilitando a vida dos pequenos e médios contribuintes;
- ✓ Revisão do IVA actualmente aplicado e a isenção de tarifas de produtos de primeira necessidade;
- ✓ Redução do preço dos combustíveis;
- ✓ Ao nível dos Municípios deixar toda a responsabilidade dos impostos e tarifas, a cargos de Conselhos Autárquicos.



3.2 Sistema de Defesa e Segurança

O sistema de defesa e segurança deve estar ao serviço da paz, da cidadania e da integridade territorial, sem interferência político-partidária. As FDS, só para recordar, são o instrumento de coacção do Estado e não para grupos com interesses promíscuos.

Moçambique enfrenta graves ameaças à segurança, particularmente em Cabo Delgado e na zona centro do país. A resposta militar nem sempre tem sido eficaz, sendo frequentemente criticada pela falta de coordenação, limitada protecção às populações civis e violações dos direitos humanos. Essa situação compromete a confiança da população nas Forças de Defesa e Segurança (FDS) e aumenta o risco de conflitos prolongados. As FDS devem cumprir o seu papel de proteger o povo e o Estado, e não servir interesses partidários ou individuais. Infelizmente, casos de abusos, recrutamento forçado, corrupção e partidarização mancham a imagem e essência das FDS e limitam a sua capacidade de actuar de forma ética e profissional.

Propõe-se:

- ✓ A profissionalização e despartidarização das Forças de Defesa e Segurança, garantindo a sua lealdade à Constituição e não aos interesses meramente políticos;
- ✓ A formação contínua em direitos humanos e gestão de conflitos;
- ✓ A criação de mecanismos independentes de fiscalização de conduta e de resposta a denúncias de abusos.

- ✓ Reforma da formação militar e policial, com forte enfoque em direitos humanos, ética e cidadania, aliada a técnica e estratégia;
- ✓ Criação de mecanismos externos de controlo e fiscalização, garantindo transparência e responsabilização;
- ✓ Implementação de sistemas meritocráticos de promoção e comando, assegurando que os cargos de liderança sejam ocupados por profissionais qualificados e comprometidos com o serviço público, e não com interesses políticos.
- ✓ O fortalecimento das FDS de forma apartidária, profissional e ética é essencial para a protecção efectiva da população, a manutenção da paz e da estabilidade nacional, e para consolidar a confiança do cidadão nas instituições de segurança.

3.3. Reforma e Modernização da Função Pública

A administração pública deve ser moderna, eficiente, ética e, sobretudo, apartidária. Os actuais serviços públicos em Moçambique apresentam baixa eficácia, lentidão e limitada sensibilidade às necessidades dos cidadãos, sobretudo nas zonas rurais e nas comunidades mais remotas. Essa situação compromete a confiança da população nas instituições do Estado e limita o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e serviços administrativos.

O acesso aos serviços públicos continua de-

sigual. Pessoas com deficiência, mulheres e comunidades rurais permanecem marginalizadas e muitas vezes excluídas dos benefícios da administração pública. É urgente implementar políticas de inclusão efectiva, garantindo igualdade de oportunidades e atendimento adaptado às necessidades de todos os cidadãos.

A construção de uma administração pública eficiente, transparente e inclusiva é fundamental para fortalecer o Estado, promover o desenvolvimento sustentável e aumentar a confiança da população nas instituições governamentais.

Propõe-se:

- ✓ A digitalização dos serviços públicos para maior transparência e redução de corrupção;
- ✓ O estabelecimento de critérios meritocráticos para recrutamento, promoção e avaliação;
- ✓ A promoção da igualdade de género e inclusão de jovens e pessoas com deficiência no sector público;
- ✓ Desmantelamento das células partidárias nos serviços públicos, com ênfase nas escolas, unidades sanitárias e das forças de defesa e segurança;
- ✓ Reforço da capacitação dos recursos humanos, garantindo profissionais qualificados e motivados em todos os níveis da administração;
- ✓ Investimento em infra-estruturas básicas, como escritórios adminis-

trativos, estradas, comunicações e equipamentos, sobretudo nas áreas rurais;

- ✓ Responsabilização dos gestores públicos, por meio de mecanismos claros de avaliação de desempenho e prestação de contas à sociedade.

3.4. Exploração de Recursos Minerais

Moçambique possui vastos recursos naturais, mas a sua exploração nem sempre beneficia as comunidades locais e/ou o próprio Estado.

A actual exploração dos recursos naturais em Moçambique tem sido marcada por forte concentração de benefícios nas mãos de elites políticas e de grandes empresas multinacionais, enquanto as comunidades locais, detentoras dos territórios é mais afectadas pelas actividades extractivas, raramente usufruem de benefícios concretos.

Além disso, os impactos ambientais e sociais são severos — incluindo deslocamentos de populações, destruição de ecossistemas, contaminação de solos e águas, e perda de meios de subsistência tradicionais. Esta realidade aprofunda desigualdades e gera descontentamento social, comprometendo a coesão e o desenvolvimento sustentável. Para transformar os recursos naturais em motor de desenvolvimento inclusivo, é indispensável reforçar a transparência e a justiça na gestão dos contratos e receitas provenientes da exploração mineira e energética.

As empresas que operam no sector devem ser obrigadas a firmar contratos públicos e transparentes, sujeitos à fiscalização da sociedade civil e dos órgãos de controlo do Estado, o que não será possível com actual nível de corrupção e partidarização do próprio Estado, mesmo com a recente criação de fundos de desenvolvimento local, quando o *ius imperii* do Estado confunde-se com o das pessoas (não concretamente cidadão).

O sector extractivo continua a oferecer poucas oportunidades de emprego para os residentes locais. As empresas devem ser obrigadas a estabelecer quotas de emprego local e investir em formação técnica e profissional que prepare jovens e mulheres para participar activamente nas cadeias de valor do sector. O envolvimento das juventudes deve ser uma prioridade estratégica, garantindo-lhes acesso à formação, estágios e oportunidades de trabalho nas próprias regiões onde decorrem as actividades de exploração.

Somente com inclusão laboral e redistribuição justa dos benefícios será possível transformar os recursos naturais num pilar de crescimento sustentável, equitativo e verdadeiramente nacional.

Propõe-se:

- ✓ A revisão dos contratos mineiros e energéticos para garantir maior transparência e partilha justa de benefícios;
- ✓ O reinvestimento directo de uma percentagem das receitas minerais em projectos sociais e infra-estrutu-

ras locais;

- ✓ A fiscalização ambiental independente das actividades extractivas;
- ✓ A promoção de empresas locais nas cadeias de valor da mineração e energia;
- ✓ O maior ganho dos investimentos de Energia, Gás e Petróleo para as comunidades locais e o Estado.
- ✓ Que o Estado seja o único comprador e vendedor dos recursos minerais adquiridos no solo pátrio.

3.5. Reconciliação e Unidade Nacional

A reconciliação nacional é um processo contínuo que exige verdade, justiça e perdão, cura social e inclusão, que vai para além do cessar das hostilidades, e promova a reconstrução da confiança entre os moçambicanos. Não valerá de nada que, mais de 30 anos depois dos Acordos de Roma, com deputados dessa mesma idade, ainda se discuta *quem matou ou destruiu mais...* É fundamental garantir justiça para as vítimas da guerra, e não discutir quem os victimizou, rumo ao reconhecimento do seu sofrimento, assegurando mecanismos de reparação moral e material. A preservação da memória histórica é igualmente essencial, para que as novas gerações compreendam as causas dos conflitos e se comprometam com a paz duradoura.

A descentralização efectiva do poder político e económico deve ser promovida como instrumento de inclusão e equilíbrio entre

as regiões, evitando percepções de marginalização ou exclusão. Além disso, é indispensável fortalecer o diálogo entre as elites políticas e as comunidades afectadas, garantindo que nas decisões de reconciliação reflectam as vozes e necessidades de todos os cidadãos.

Para consolidar a paz e prevenir novos ciclos de violência, é necessário assegurar uma inclusão política real, que garanta representação equitativa de todos os grupos e regiões nos processos de decisão e nos órgãos de governação. Ainda, deve se promover uma repartição justa e transparente dos recursos nacionais, para reduzir desigualdades e tensões socioeconómicas, sobretudo nas zonas mais afectadas pela pobreza e exclusão.

Por fim, é urgente uma reforma profunda das instituições de segurança e justiça, assegurando que estas actuem com imparcialidade, profissionalismo e respeito pelos direitos humanos. Um sistema de segurança e justiça independente e inclusivo

constitui a base para uma paz sustentável e para a verdadeira unidade nacional.

Propõe-se:

- ✓ O reconhecimento institucional das vítimas de conflitos passados e apoio à sua reintegração social;
- ✓ A criação de fóruns permanentes de diálogo interpartidário e comunitário;
- ✓ A promoção de educação para a paz e cidadania democrática nas escolas, partindo, como exemplo, o dos deputados da Assembleia da República, dos membros do Conselho de Ministros e, maior ainda, do Presidente da República, inibindo-os de levantar fantasmas adormecidos na paz do infinito;
- ✓ O incentivo a projectos comunitários de reconciliação e coesão social nas zonas mais afectadas por conflitos;



3.6. Inclusão Económica

O desenvolvimento só é sustentável se for inclusivo. A promoção da inclusão económica deve basear-se em políticas de apoio ao empreendedorismo juvenil e feminina e das minorias, no acesso facilitado nos meandros de tomada de decisão, no acesso a microcrédito e na implementação de programas de formação prática e técnica voltados para o auto-emprego e o fortalecimento da política e economias locais.

É igualmente importante criar ambientes favoráveis para pequenas e médias empresas (PMEs), com incentivos fiscais, assistência técnica e oportunidades de participação em mercados públicos e privados, o que normalmente só é possível com aqueles ligados a uma certa elite.

O actual sistema de educação e formação profissional encontra-se desalinhado das exigências do mercado de trabalho. Muitos jovens concluem a escolaridade sem adquirir competências práticas e produtivas que lhes permitam competir ou criar o próprio emprego.

Torna-se urgente uma reforma curricular profunda, não só pensada e transferida para uma ESTRATÉGIA NACIONAL, mas que integre formação técnica, estágios profissionais, empreendedorismo e/ou implementação prática, aproximando o ensino das reais necessidades económicas e produtivas do país para a satisfação das necessidades de bem-estar dos cidadãos.

A inclusão económica é dificultada por vários factores estruturais, entre os quais se destacam:

- Desigualdade de género, que limita o acesso das mulheres a recursos e oportunidades;
- Falta de capital inicial para iniciar negócios;
- Ausência de redes de apoio e mentorias, essenciais para o crescimento empresarial;
- Preconceitos sociais e institucionais, que marginalizam determinados grupos, sobretudo jovens e mulheres em áreas rurais.

A superação destas barreiras exige uma abordagem integrada que combine educação inclusiva, políticas de crédito acessível, empoderamento comunitário e igualdade de oportunidades, de forma a garantir uma economia mais justa, participativa e sustentável.

Propõe-se:

- ✓ A criação de fundos provinciais de apoio a pequenos empreendedores, jovens, mulheres, portadores de deficiência e grupos minoritários;
- ✓ A valorização da agricultura familiar e da economia rural através de crédito, formação e mercado justo;
- ✓ A promoção de parcerias público-privadas comunitárias, priorizando o emprego local;
- ✓ A inclusão de pessoas com deficiência em programas de formação e acesso a oportunidades económicas.

IV. CONCLUSÃO

A Sociedade Civil da Província de Manica reafirma o seu compromisso com a paz, a democracia e o desenvolvimento. As propostas aqui apresentadas expressam o sentimento de milhares de cidadãos que desejam um Moçambique mais justo, inclusivo e transparente um verdadeiro Estado de Direito Democrático.

Apelamos à Comissão de Diálogo Nacional Inclusivo, ao Governo da República, à Assembleia da República e a todas as forças vivas da Nação para que acolham estas propostas com espírito patriótico, colocando o interesse do povo acima de qualquer diferença política ou institucional.

A Sociedade Civil de Manica reitera a sua disponibilidade para continuar a participar activamente nos processos de diálogo, monitoria e implementação das reformas, contribuindo assim para a construção de um Moçambique unido, próspero e em paz.

Conclui-se a revisão constitucional, para acomodar mudanças na forma ou sistema de governo e a própria governação, por si só, não trará nada de novo para o alcance da reconciliação nacional, se não forem resolvidas as questões de fundo que tem que ver com (i) a despartidarização da Administração Pública, (ii) separação funcional de poderes e (iii) corrupção, que funcionam em cadeia, a olho nu e com o devido formalismo.

Chimoio, Outubro de 2025

FOCAMA

Fórum de Coordenação das Organizações da Sociedade Civil da Província de Manica

